

O livro-reportagem durante o processo de anistia no Brasil

Marcio de Souza CASTILHO¹

Resumo:

A pesquisa propõe examinar três livros-reportagem publicados durante o debate sobre o processo de anistia no Brasil, no final da década de 1970. Como objeto de estudo, foram analisadas as obras *Tortura*, de Antônio Carlos Fon (1979); *Desaparecidos políticos*, organizada por Reinaldo Cabral e Ronaldo Lapa (1979); e *Os exilados*, de Cristina Pinheiro Machado (1979). Uma característica comum é a interlocução dessas publicações com os Comitês Brasileiros pela Anistia (CBAs). A metodologia inclui, além da análise dos livros, revisão bibliográfica, consulta aos fundos documentais relacionados ao aparelho repressivo e entrevistas com os autores. O trabalho sustenta que parte dessa produção editorial contribuiu para instaurar divergências ante um projeto deliberado de imposição do esquecimento pactuado entre as elites políticas na transição, disputando sentidos sobre os significados da ditadura em longo prazo.

Palavras-chave: anistia; ditadura; produção editorial.

The reporting-book during the amnesty process in Brazil

Abstract:

The present research aimed to examine three reporting-books published during the debate on the amnesty process in Brazil, at the end of the 1970s. The objects of study were works *Tortura*, by Antônio Carlos Fon (1979); *Desaparecidos políticos*, organized by Reinaldo Cabral and Ronaldo Lapa (1979); and *Os exilados*, by Cristina Pinheiro Machado (1979). The dialogue between these publications and the Brazilian Committees for Amnesty (CBAs) is a common feature. The methodology included the analysis of these books, a literature review, consultation of documentary resources relating to the repressive apparatus and interviews with the authors. The work maintains that part of this editorial production contributed to establishing divergences in the face of a deliberate project of imposing oblivion agreed upon among political elites in the political transition, disputing the meanings of dictatorship in the long term.

Keywords: amnesty; dictatorship; editorial production.

El libro-reportaje durante el proceso de amnistía en Brasil

Resumen:

En la investigación se propone examinar tres libros-reportaje publicados durante el debate sobre el proceso de amnistía en Brasil, en el final de los años 1970. Como objeto de estudio se tomaron las obras *Tortura*, de Antônio Carlos Fon (1979); *Desaparecidos políticos*, organizada por Reinaldo Cabral y Ronaldo Lapa (1979); y *Os exilados*, de Cristina Pinheiro Machado (1979). Una característica común es la interlocución de esas publicaciones

¹ Doutor em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor associado III do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal Fluminense (UFF) e coordenador do curso de Jornalismo na mesma instituição. *E-mail:* mcastilho@id.uff.br



con los Comités Brasileños por la Amnistía (CBAs). La metodología incluye, además del análisis de los libros, revisión bibliográfica, consulta a los fondos documentales relacionados al aparato represivo y entrevistas con los autores. El estudio sostiene que parte de esta producción editorial contribuyó para instaurar divergencias ante un proyecto deliberado de imposición del olvido acordado entre las elites políticas en la transición, disputando sentidos sobre los significados de la dictadura en largo plazo.

Palabras clave: amnistía; dictadura; producción editorial.

Introdução

Último militar a tomar posse como presidente durante a ditadura no Brasil, João Batista Figueiredo assume o cargo, em março de 1979, prometendo dar continuidade ao processo de distensão “lenta, gradual e segura” iniciado pelo antecessor, o general Ernesto Geisel (1974-1979). No discurso de posse, ele também manifesta compromisso com a abertura política: “Reafirmo meu inabalável propósito [...] de fazer deste país uma democracia” (Figueiredo, 1979 *apud* Skidmore, 1988, p. 412). A posse de Figueiredo não encerrou, entretanto, as disputas endógenas que atravessaram os 21 anos do ciclo militar. Do mesmo modo, o regime precisou lidar com as pressões externas decorrentes da campanha pela anistia.

Internamente, setores militares críticos ao projeto de descompressão mantinham influência nos altos escalões da hierarquia militar, sobretudo em órgãos ligados à comunidade de informações. A tortura e morte de Vladimir Herzog, diretor da TV Cultura, em outubro de 1975, nas dependências do II Exército em São Paulo, ocorreu em meio a esse ambiente político. Em janeiro de 1976, o preso político Manoel Fiel Filho, do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, que também estava sob a custódia do II Exército, morreu em circunstâncias bem parecidas às do caso Herzog. O general Ednardo D’ávila Melo, comandante daquela unidade, era identificado com a ala militar que se contrapunha ao projeto de distensão política de Geisel (Castilho, 2019).

Nesse período, os sindicatos, o movimento estudantil e segmentos progressistas vinculados à Igreja Católica também assumiam postura mais combativa, somando-se à mobilização de presos políticos, com a denúncia da prática de tortura como método de interrogatório, e à intensa campanha promovida por exilados e banidos. As esquerdas também estavam representadas por parlamentares do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) no campo institucional e por outros segmentos da sociedade civil, como a Ordem dos Advogados



do Brasil (OAB), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Parte expressiva dessas lideranças estava reunida em torno dos chamados Comitês Brasileiros pela Anistia (CBAs). O movimento pela “Anistia Ampla, Geral e Irrestrita” cresceu a tal ponto “que já em 1978 o Estado de Segurança Nacional não poderia mais ignorá-lo” (Alves, 1989, p. 268).

A principal resposta, no plano governamental, ao movimento unificado dos setores de oposição, veio com a elaboração do projeto de anistia, encaminhado ao Congresso Nacional pelos militares em 27 de junho de 1979. Dois dispositivos buscavam anular reivindicações básicas dos CBAs. O primeiro deles era a exclusão dos militantes de esquerda envolvidos em ações armadas contra a ditadura, acusados de terem cometido “crimes de sangue”, conforme definição do regime (Alves, 1989). A proposta atingia sobretudo os presos políticos processados e condenados em tribunais militares, muitos dos quais cumprindo pena desde o governo de Emílio Garrastazu Médici (1969-1974). O segundo dispunha sobre a inimizabilidade dos agentes da repressão política envolvidos em práticas de tortura e execução de militantes políticos, o que representava significativa derrota para os movimentos de oposição (Alves, 1989).

Combinados, os dispositivos promoviam um tipo de perdão incondicional ou autoanistia aos torturadores, preservando, ao mesmo tempo, o caráter excludente em relação aos opositores condenados pela ditadura. Apesar do discurso de reciprocidade, não havia, portanto, equivalência para torturados e torturadores. Tratava-se, como observa Greco (2003, p. 297), de uma anistia “parcial e condicional para os opositores do regime” e “total e prévia” para os que atuaram na repressão, beneficiados com o conveniente generalismo expresso na redação dos chamados “crimes conexos”.

É nesse contexto que o presente estudo propõe contribuir para a análise da produção editorial durante o processo de anistia no Brasil, com recorte no exame crítico de três livros-reportagem que mantinham uma interlocução com os movimentos que reivindicavam uma “Anistia Ampla, Geral e Irrestrita” no final da década de 1970: *Desaparecidos políticos: prisões, sequestros, assassinatos*, organizado por Reinaldo Cabral e Ronaldo Lapa (1979); *Tortura: a história da repressão política no Brasil*, de Antônio Carlos Fon (1979); e *Os exilados: 5 mil brasileiros à espera da anistia*, de Cristina Pinheiro Machado (1979).

Compartilhamos o entendimento de que o livro-reportagem expande as fronteiras do jornalismo convencional em relação ao nível de detalhamento, profundidade e contextualização do tema abordado, abrindo possibilidades para a experimentação (Lima, 1998; Belo, 2006). Nesse sentido, incorpora características das rotinas de produção da imprensa periódica, mas amplia as dimensões de tempo e espaço em cada uma das etapas de produção jornalística, desde a pauta até o processo de edição, rompendo assim as limitações relacionadas à atualidade do fato e a fragmentação da cobertura. “Até por sua extensão e pelo trabalho mais acurado de pesquisa, ele leva evidente vantagem em relação aos periódicos na hora de explorar as ramificações de um tema, as conexões entre fatos diferentes, os desdobramentos de cada história e as infinitas maneiras de contá-la” (Belo, 2006, p. 42).

Para proceder à pesquisa, optamos por um percurso metodológico baseado na análise das obras supracitadas, consulta aos fundos documentais relacionados ao aparelho repressivo, entrevistas com os autores e revisão bibliográfica, de modo a aprofundar o entendimento acerca de um quadro atravessado por negociações e disputas de força entre os militares no poder e a sociedade civil organizada. Na pesquisa documental, foram consultados os arquivos que integram os fundos do Serviço Nacional de Informações (SNI), da Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça (DSI/MJ) e do Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (Cisa), disponibilizados em formato digital no Sistema de Informações do Arquivo Nacional dentro do projeto Memórias Reveladas.

Concomitantemente à análise dos temas centrais em cada livro-reportagem, somou-se a tentativa de resgatar, a partir das entrevistas, a trajetória profissional e política dos jornalistas-autores, as motivações para a produção das obras, o processo de apuração, a relação com as editoras e os comitês de anistia, além das contribuições e eventuais limitações dos trabalhos. Todas as entrevistas foram realizadas no primeiro semestre de 2023. Por conta do distanciamento temporal de mais de quatro décadas, essa fase da pesquisa requer uma observação especial: como em todos os trabalhos de memória, os relatos contidos nas falas dos jornalistas foram examinados não como testemunho do que efetivamente se passou, antes como reconstruções de sentido feitas *a posteriori*. Ao reinterpretarem o passado, os autores produzem uma versão provisória sobre os episódios narrados.



Um repórter infiltrado: o livro *Tortura*

Tortura: a história da repressão política no Brasil, de autoria do jornalista Antônio Carlos Fon, expôs as violências políticas ocorridas durante os primeiros 15 anos da ditadura no Brasil, com ênfase no período do governo Médici (1969-1974). O jornalista obteve e divulgou informações detalhadas sobre os órgãos de repressão estatal responsáveis pelos sequestros, torturas, assassinatos e desaparecimentos forçados por motivações políticas.

Fon tornou-se militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em julho de 1964, apenas três meses após o golpe de 1964, quando a sigla sofria uma perda significativa no quadro de filiados. Tinha, na época, 18 anos. Depois de uma breve passagem como funcionário no setor de contabilidade do jornal *Folha de S.Paulo*, assumiu uma função na área de inteligência do Partidão, passando a atuar, segundo ele, como repórter infiltrado na editoria de Polícia em jornais liberais-conservadores. O objetivo era acompanhar as estratégias de atuação do aparato repressivo do Estado contra os opositores do regime, de modo a “aprender como age a polícia contra os comunistas” (Fon, 2023, informação verbal)².

Após dissidências dentro do PCB sobre o encaminhamento das lutas contra a ditadura, tornou-se militante da Ação Libertadora Nacional (ALN) no final da década de 1960. Foi preso em 29 de setembro de 1969 no apartamento onde morava, no Centro de São Paulo. No início daquele mês, já havia sido detido no Rio de Janeiro por forças de segurança em frente à casa usada por guerrilheiros da ALN e do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) no sequestro do embaixador dos Estados Unidos Charles Burke Elbrick, que resultou na libertação e transferência de 15 presos políticos para o México. Na ocasião, o jornalista foi liberado sob “alegação” de estar a serviço do *Jornal da Tarde*, produzindo registros fotográficos para uma reportagem, conforme consta no Informe nº 278/79/3, de 21 de setembro de 1979, produzido pela DSI/MJ (Brasil, 1979a).

Após a sua prisão em São Paulo, as torturas ocorreram logo nos primeiros dos 52 dias em que esteve encarcerado, principalmente nas dependências da 34ª Distrito Policial, onde funcionava a Operação Bandeirantes (Oban). Os agentes buscavam saber o paradeiro do irmão, Aton Fon Filho, também militante da ALN. Depois de 17 dias submetido a “pau-de-arara”, espancamentos e choques elétricos, o jornalista foi transferido para o Departamento de Ordem

² FON, Antônio Carlos. Entrevista concedida ao autor. São Paulo, 15 abr. 2023.



Política e Social (Dops) e posteriormente para o Presídio Tiradentes. Foi libertado em 19 de novembro de 1969. A descrição minuciosa dos recursos empregados pelos agentes da repressão seria rememorada, dez anos depois, nas páginas do livro-reportagem *Tortura*, um dos títulos da coleção Passado & Presente lançados em 1979 pela Editora Global.

O trabalho jornalístico fora publicado originalmente na edição nº 546 da revista *Veja*, em 21 de fevereiro de 1979, um dos trabalhos de maior repercussão na imprensa liberal sobre o aparato de repressão política montado pela ditadura. Em duas reportagens, sequencialmente intituladas “Descendo aos porões” (Fon, 1979a) e “Um poder nas sombras” (Fon, 1979b), o repórter contextualiza a base jurídico-filosófica com a qual o regime procurou justificar as violências políticas, descreve o surgimento da Oban e a estruturação dos CODI-DOI (Centro de Operações de Defesa Interna-Destacamento de Operações de Informação), bem como os treinamentos dos agentes e métodos de tortura empregados. Revela também a existência dos centros clandestinos onde eram realizadas as sevícias contra os opositores do regime, incluindo depoimentos de torturadores.

Um dia após a publicação das reportagens, o Serviço Nacional de Informações (SNI), Agência São Paulo, circulou informe nº 0753/116, de 22 de fevereiro de 1979, com o assunto “Propaganda adversa – atividades de Antônio Carlos Fon”. Importante observar que o documento não contesta o material publicado – ou parte dele – que teria sido “cuidadosamente preparado, rico em pormenores, muitos de veracidade incontestes” (Brasil, 1979b, folha 1). Outro trecho do documento corrobora essa linha de raciocínio: “A existência, contudo, de verdades irrefutáveis, até mesmo sobre pormenores, conhecidos nas Forças Armadas por alguns poucos, conduz à aceitação, como verdadeira, de toda a reportagem, por aqueles que não conhecem os fatos” (Brasil, 1979b, folha 3). Não obstante, as denúncias de *Veja* sobre o aparato de repressão buscavam, na visão do SNI, promover sobretudo “a desmoralização das Forças Armadas”. Para os agentes vinculados aos órgãos de inteligência do regime, o jornalista era um “instrumento nas mãos dos comunistas (ele mesmo comunista)” (Brasil, 1979b, folha 2).

Pode-se deduzir outros objetivos, sem grande esforço. O objetivo poderia ser o de tranquilizar, de dissuadir todos aqueles que estejam dispostos a prestar apoio ao combate à subversão, como pode ser velada ameaça a outros que já tenham apoiado a repressão. Na realidade, fica a certeza: tão logo possam, os comunistas tornarão a agir da mesma forma (Brasil, 1979b, folha 5).

O então ministro do Exército, general Fernando Bethlem, chegou a pedir o enquadramento do jornalista com base no artigo 14 da nova Lei de Segurança Nacional (LSN). O referido dispositivo criminalizava qualquer cidadão por “divulgar, por qualquer meio de comunicação social, notícia falsa, tendenciosa ou fato verdadeiro truncado ou deturpado, de modo a indispor ou tentar indispor o povo com as autoridades instituídas” (Brasil, 1978). O processo foi extinto posteriormente com a promulgação da Lei da Anistia, em 28 de agosto de 1979 (Maués, 2016).

O conteúdo do livro *Tortura* aprofunda temas presentes nas reportagens originalmente publicadas em *Veja*, como a denúncia sobre a participação de empresários no financiamento a órgãos diretamente envolvidos no combate à “subversão”, incluindo premiação a agentes da repressão, e o detalhamento sobre as práticas de tortura contra militantes que faziam oposição armada ao regime, dentre eles Virgílio Gomes da Silva (“Jonas”), Joaquim Câmara Ferreira (“Toledo” ou “Velho”), “Mario Japa” e Eduardo Leite (“Bacuri”), dentre outros. O jornalista revela também que parte das execuções ocorria em centros clandestinos de tortura, como a Fazenda 31 de Março, em São Paulo, e a Ilha das Flores, uma das bases de atuação do Centro de Informações da Marinha (Cenimar), no Rio de Janeiro.

A atuação política e profissional do autor permaneceu como alvo permanente de vigilância da comunidade de informações. Apreciação nº 1408/43, de 25 de julho de 1979, da Agência Central do SNI, avaliava que o livro tinha “linguagem acessível” e “riqueza de pormenores dos métodos de interrogatórios”, fazendo com que o autor atingisse “seu objetivo de mostrar ‘a violência do Governo no trato de presos políticos’” (Brasil, 1979c).

Usando de meias verdades e da desfiguração dos fatos, o autor faz o Governo conivente com a corrupção e a violência policial. O livro denuncia, ainda, a “ajuda” da CIA norte-americana ao “sistema de repressão” do BRASIL e a “disputa” entre o CODI-DOI/SP e o DOPS/SP, pelo primeiro grau de eficiência. A descrição de todos os métodos de tortura, usados no BRASIL, servem a conclusão do livro que choca, deprime e revolta o público-alvo contra o Governo (Brasil, 1979c).

Antônio Carlos Fon cedeu os direitos autorais da primeira edição de *Tortura* para o Comitê Brasileiro pela Anistia, seccional São Paulo (CBA/SP) e para o Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo.

Jornalismo e denúncia política: o “livro dos desaparecidos”

A obra *Desaparecidos políticos*, publicada em 1979 pela Edições Opção em parceria com o CBA/RJ, constituiu um dos primeiros levantamentos jornalísticos com o objetivo de promover o esclarecimento circunstanciado sobre as mortes e os desaparecimentos forçados por motivação política durante os primeiros 15 anos da ditadura, principalmente durante o período Médici (1969-1974). Vale registrar que a produção de dossiês sobre as vítimas da ditadura, com a busca pela responsabilização criminal do Estado e dos agentes que praticaram sequestros, torturas e execuções, integrava um dos eixos regulares dentro do conjunto de resoluções adotadas pelos comitês de anistia.

Ronaldo Lapa, um dos organizadores da obra, já mantinha vínculos com movimentos sociais quando era estudante de Jornalismo da Universidade Federal Fluminense (UFF), na segunda metade da década de 1970. Participou, à ocasião, da fundação do jornal alternativo *O Bagaço*, cujo *slogan* era “Leia e mastigue”, com abordagem crítica em relação ao governo. Diferentemente dos jornais convencionais, *O Bagaço* optava por uma periodicidade não diária, concentrando-se na elaboração de reportagens e projetos que demandavam meses de produção. Nesse período, o jornalista morou na Casa do Estudante Universitário, no Rio de Janeiro, onde passou a adotar uma postura de enfrentamento mais direto ao Estado autoritário (Lapa, 2023, informação verbal)³. Ele afirma que o convite para produzir um livro sobre os desaparecidos políticos surgiu após o CBA/RJ concentrar as discussões na Casa do Estudante Universitário.

Desaparecidos políticos foi lançado em 8 de outubro de 1979 em um auditório lotado da ABI, no Rio de Janeiro. Em 287 páginas, o livro trazia o resultado em “tempo recorde” da apuração iniciada efetivamente no “Natal de 1978” (Cabral; Lapa, 1979, p. 17). Contou com uma equipe de mais de 30 pessoas, incluindo representantes de entidades de direitos humanos e familiares das vítimas, atuando, ao mesmo tempo, como fontes e colaboradores da obra. Os organizadores, que também participaram do processo de coleta de informações, consolidaram o material, cujo conteúdo trazia mais detidamente as circunstâncias dos sequestros e desaparecimentos forçados de 53 lideranças de oposição e/ou militantes que compunham a chamada esquerda revolucionária, dentre eles David Capistrano, Orlando Bonfim, Mario Alves,

³ LAPA, Ronaldo. Entrevista concedida ao autor. Rio de Janeiro, 10 mar. 2023.

Rubens Paiva, Stuart Angel, Eduardo Collier Filho, Ana Rosa Kucinski e Fernando Santa Cruz. Por “desaparecidos”, a publicação compartilha o conceito adotado pelos movimentos pró-anistia, ou seja, cidadãos que em razão de sua atividade política foram sequestrados, torturados e mortos sem que tais violências fossem reconhecidas e assumidas pelo Estado autoritário brasileiro.

Na obra, os organizadores reconhecem que o fortalecimento dos movimentos de oposição naquele contexto propiciou um ambiente de maior abertura para a denúncia das violências políticas cometidas pelo regime. Não obstante, classificam o livro como uma obra essencialmente política para além das motivações jornalísticas ou mesmo literárias.

Os textos de *Desaparecidos políticos* buscam enfatizar os esforços de mães e familiares na tentativa de localizar as vítimas junto ao aparato estatal. Parte do levantamento traz depoimentos de fontes que testemunharam o momento da captura dos opositores, complementando os dados até então disponíveis pela Comissão de Parentes de Desaparecidos do CBA/RJ e de outras entidades que denunciavam a violação de direitos humanos no Brasil. As cartas enviadas por familiares e representantes da sociedade civil aos órgãos militares também foram usadas para compor o dossiê. Já a versão dos militares – padronizadas e de teor lacônico – nos casos constantes em *Desaparecidos políticos* advinha da reprodução de matérias de jornais e revistas de maior circulação ou a partir da resposta governamental aos questionamentos de advogados e entidades ligadas ao movimento pela anistia.

Na entrevista realizada para a pesquisa, Lapa (2023, informação verbal) afirma que a parceria com o CBA/RJ foi fundamental no processo de apuração e levantamento circunstanciado dos casos:

O CBA precisava de um documento consolidando todo o material. O que eles tinham eram conversas, fotos das famílias e documentos. [...] Mas como eles desapareceram? O cenário? O CBA precisava de um documento para continuar com a luta política, e o livro era esse documento.

Deve-se observar, ademais, a ênfase dos organizadores na inconclusividade do levantamento – “apenas uma fração daqueles que formam o mosaico dos desaparecidos políticos pós-1964” (Cabral; Lapa, 1979, p. 16) – quando do lançamento do livro, dada a escassez de informação sobre as vítimas no contexto de abertura política:



[...] de uma lista – com tendência a crescer – de presos políticos desaparecidos, há alguns casos sobre os quais existem poucas informações, só disponíveis, claro, pelo lado dos parentes, amigos, ex-companheiros de organização e organismos de defesa dos direitos humanos. Há vários casos, de outra forma, em que mal se sabe o nome do desaparecido. Quando não é isso, talvez por insegurança da própria conjuntura política do país, quem tem informações sobre circunstâncias de desaparecimentos simplesmente ainda não se encorajou a denunciá-los (Cabral; Lapa, 1979, p. 250).

O lançamento de *Desaparecidos políticos*, na sede da ABI, no Rio de Janeiro, em 08 de outubro de 1979, foi monitorado pelo aparato de repressão política da ditadura. Era comum agentes da comunidade de informações e segurança, destacadamente a Agência Central do SNI, infiltrarem-se em encontros e atos públicos promovidos pelos referidos comitês para produzir relatórios de contrainformação e inteligência. Por ocasião do lançamento de *Desaparecidos*, policiais do Departamento-Geral de Investigações Especiais (DGIE) da Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro listaram os nomes de políticos de oposição, advogados, militantes que atuaram na luta armada e jornalistas presentes no ato da ABI e desencadearam o que os relatórios apontam como Projeto “Polvo”. A operação consistia na captura de informações detalhadas sobre os automóveis estacionados nas imediações da ABI, no Centro da cidade, seus proprietários, local de guarda e registro de “nada consta”. Os dados, de caráter confidencial, estão consolidados no Encaminhamento nº 136/79-I, de 29 de outubro de 1979, do III Comando Aéreo Regional (Comar), subordinado ao Ministério da Aeronáutica (Brasil, 1979d).

Nas relações de força estabelecidas com o aparato repressivo, algumas precauções também eram tomadas por parte dos grupos de oposição. No lançamento do livro, o acesso à reunião interna para discutir novos desdobramentos sobre a questão dos desaparecimentos políticos forçados não foi franqueado para pessoas que não eram conhecidas pelos integrantes do CBA. Reinaldo Cabral e Ronaldo Lapa reconhecem e abordam, na apresentação do livro, as permanências do aparelho repressivo em 1979, a despeito do discurso de distensão política. “As perseguições, ao contrário do que às vezes se pensa, não cessaram. [...] Os mesmos torturadores tantas vezes denunciados são orgulhosamente conservados em seus postos (Cabral; Lapa, 1979, p. 17).



Para Ronaldo Lapa, a publicação teria sido a primeira a documentar desaparecimentos forçados na ditadura, inspirando e sendo complementada posteriormente por outros trabalhos, como o projeto Brasil Nunca Mais (Arquidiocese, 1985)⁴.

Depois, esse livro inspirou o Brasil Nunca Mais. Pegaram as informações e foram na fonte primária, ou seja, nos processos dos tribunais militares. A presidente do CBA [Eny Moreira] conseguiu tirar cópias de todos os processos. [...] Esses livros são peças importantes que contribuíram para acabar com a ditadura (Lapa, 2023, informação verbal).

Na visão de Lapa, tanto *Desaparecidos* quanto Brasil Nunca Mais buscaram contribuir para o debate sobre verdade, justiça e memória sobre o que representaram os 21 anos de ditadura civil-militar no Brasil.

Um “livro-tarefa”: *Os exilados*

O contexto político pós-1964, as experiências dolorosas do exílio e o desejo dos brasileiros atingidos pelo Estado autoritário de regressar ao país são temas abordados em *Os exilados*, da jornalista Cristina Pinheiro Machado, que buscou examinar as transformações políticas e sociais ocorridas durante os primeiros 15 anos de ditadura. A participação no movimento estudantil e as viagens de férias ao Rio de Janeiro, quando pôde acompanhar as manifestações de rua em 1968, representaram a fase inicial de militância política da autora, natural de São Manoel, pequeno município situado no interior de São Paulo. A admiração que mantinha pelas pessoas envolvidas no movimento pró-anistia no final da década de 70 despertou o interesse da jornalista em resgatar as histórias de brasileiros exilados (Machado, 2023, informação verbal)⁵.

Machado estabeleceu inicialmente contato com uma fonte ligada ao PCB, que forneceu contatos e endereços dos exilados. A jornalista também decidiu solicitar uma licença não remunerada da sucursal do jornal *O Globo* em São Paulo para dedicar-se à produção do livro, que incluiu, em julho de 1978, uma viagem de 40 dias à Europa, com passagens por Portugal, França e Suécia. Para o trabalho, foram ouvidas quase duas dezenas de fontes. O perfil incluiu

⁴ Publicada pela Editora Vozes, a pesquisa Brasil Nunca Mais (BNM) teve início em agosto de 1979 e levou cinco anos para ser concluída. Um grupo de pesquisadores obteve cópias de 707 processos na íntegra e dezenas de outros parciais que tramitaram na Justiça Militar entre abril de 1964 e março de 1979.

⁵ MACHADO, Cristina Pinheiro. Entrevista concedida ao autor, pela plataforma *Google Meet*, 23 mar. 2023.

principalmente professores expurgados e parlamentares cassados – dentre eles Almino Affonso, deputado federal cassado do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB-AM) e ex-ministro do Trabalho durante o governo de João Goulart (1961-1964), e Darcy Ribeiro, antropólogo e chefe da Casa Civil de Jango –, além de jovens militantes da esquerda armada, como Alfredo Syrkis, Carlos Minc, Flavio Tavares e Vera Araújo Magalhães (Machado, 1979).

A jornalista tinha uma relação próxima com os proprietários da Editora Alfa-Ômega, com sede em São Paulo, tendo buscado o apoio do comitê de anistia, seccional São Paulo, para que o livro fosse vendido com o selo de aprovação da entidade. Os originais foram entregues ao presidente do CBA/SP, Luiz Eduardo Greenhalgh. Como consta na apresentação de *Os exilados*, o advogado afirma ter se comovido com o texto, definindo o trabalho como um “livro-tarefa” por constituir importante registro para construção da memória histórica sobre os significados da ditadura:

Este livro tem a simplicidade das obras sérias. No estilo aparentemente efêmero da reportagem, é um trabalho de registro histórico que não podia faltar: servirá, fatalmente, como ponto de referência a quem hoje trata da matéria, e atuará como advertência às gerações futuras (Greenhalgh, 1979, p. XIII/XIV).

Ao contrário dos dois outros livros-reportagem analisados, a obra não assume a radicalidade do conjunto de reivindicações dos movimentos pela “Anistia Ampla, Geral e Irrestrita”. Nesse sentido, o trabalho abre espaço, por exemplo, para a autocrítica em relação à experiência da luta armada por parte da “esquerda revolucionária”. Outro aspecto observado, do ponto de vista semântico, foi o uso de expressões como “Movimento de 64” ou “Revolução” para definir o período histórico, questionamento rebatido pela autora, em entrevista:

Era a primeira vez que a gente tinha uma ditadura daquele tipo. Até então, a gente conhecia ditadores individualizados, como Getúlio Vargas. Em 64, o que aconteceu foi bem diferente; era uma corporação. Não tínhamos a figura do ditador. [...] Eu deixei claríssimo que era uma ditadura e os exilados se referem a ela francamente (Machado, 2023, informação verbal).

A investigação jornalística está dividida em três capítulos: no primeiro, os exilados após o golpe de 64; no segundo, o impacto do Ato Institucional nº 5 (AI-5) e a segunda leva de exilados; e, no terceiro, a permanência e as adversidades dos exilados em diferentes países, sobretudo no Chile e na França, que formavam verdadeiros “governos brasileiros no exílio”,

como destacou a editora Alfa-Ômega no texto de divulgação sobre o livro. Na obra, a autora afirma que, entre os primeiros brasileiros expulsos pelo golpe militar de 1964, havia uma impressão generalizada de que o exílio seria uma situação breve e de que logo retornariam ao Brasil.

O livro-reportagem também estabelece uma distinção entre os primeiros exilados, obrigados a saírem do país após o golpe de 1964, e uma segunda leva de brasileiros que seguiram para o exterior depois da edição do AI-5, em dezembro de 1968:

Ao contrário dos políticos e intelectuais expurgados pelo movimento militar de abril de 64, os novos exilados, por força do que eles próprios chamam de “o golpe dentro do golpe”, são em sua maioria estudantes de classe média, sem experiência ou expressão política, e que carregam para fora das fronteiras uma incômoda bagagem para candidatos ao exílio: o despreparo profissional e uma certa ingenuidade perante a vida (Machado, 1979, p. 53).

Comum entre ambos estava a questão de classe, posto que a luta política permanecia restrita “a pequenos grupos de camadas algo favorecidas da população”. Esse dado revela, segundo a autora, “a presença de fatores elitistas na luta política no Brasil (Machado, 1979, p. 53).

Parte do segundo capítulo concentra a atenção aos episódios ocorridos em 1968 com a visão (auto)crítica dos exilados sobre o movimento estudantil. Machado reproduz um embate de posições entre as lideranças Jean Marc van der Weid, último presidente eleito da União Nacional dos Estudantes (UNE) antes de a entidade ser posta na clandestinidade pelo regime militar, e Vladimir Palmeira, também banido do país após o AI-5. Marc defendia a mobilização dos estudantes para os “problemas concretos e reivindicações específicas do setor” enquanto Palmeira valorizava a importância da participação estudantil na luta política contra a ditadura (*apud* Machado, 1979, p. 62). Em relação ao movimento operário, Machado (1979, p. 66) reporta a visão do líder sindical Derly José de Carvalho, para quem, desde 1967, “começou a haver um desvio esquerdista do movimento operário”. Na visão de Derly (*apud* Machado, 1979, p. 67), a mesma radicalidade do movimento grevista teria ocorrido, um ano depois, nas greves de Osasco (SP) e Contagem (MG), quando “a agitação política [...] se desenvolveu à parte do movimento sindical”. A partir dessas declarações, a jornalista conclui que a “manifestação de

1º de maio marcou, de forma aguda, o rompimento entre o governo e os trabalhadores” (Machado, 1979, p. 68).

Percebe-se nas declarações das fontes ouvidas pela jornalista uma ênfase nos particularismos ou na defesa de pautas corporativas, o que contrasta com a visão dos movimentos pela anistia, por exemplo, em relação às greves dos metalúrgicos do ABC, em São Paulo, que ocorreriam no momento histórico da produção do livro, dez anos depois. *Os exilados* foi lançado, em 31 de janeiro de 1979, na sede do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo.

Considerações finais

A Lei nº 6.683, a Lei da Anistia, sancionada em 28 de agosto de 1979, preservou o caráter excludente em relação aos opositores condenados pela ditadura, promovendo, ao mesmo tempo, um tipo de perdão incondicional ou autoanistia aos torturadores, como previa o projeto governamental (Brasil, 1979e). O retorno dos exilados representou a contraface desse processo. Outra conquista resultante das intensas negociações travadas entre os militares e os setores de oposição reunidos em torno dos comitês de anistia foi a alteração da lei das inelegibilidades, permitindo a candidatura de lideranças que haviam perdido os direitos políticos no período 1960/1970 por força do arbítrio. Gradualmente, os presos políticos também foram sendo libertados a partir da análise individual dos processos constantes no Superior Tribunal Militar (STM). No entanto, como a Lei de Anistia tinha efeito apenas retroativo, novas prisões por motivação política poderiam ser efetuadas com base na Lei nº 6.620, nova Lei de Segurança Nacional, aprovada em 17 de dezembro de 1978, antes de Geisel deixar o poder (Alves, 1989).

O silêncio oficial ante às violências políticas reforça a tradição da “acomodação”, na visão de Motta (2014, p. 13), uma das características da cultura política do país, reativada no período final da ditadura. Nesse sentido, as elites civis e militares voltaram a firmar um pacto de conciliação nacional baseado no esquecimento e na impunidade quanto à violação de direitos humanos pelo governo instaurado a partir do golpe de 64 (Napolitano, 2014; Reis Filho, 2010; Rodeghero, 2014; Teles, 2017).

Entendemos que as publicações de não ficção de teor jornalístico aqui examinadas exerceram papel importante de contraposição à ideia de “conciliação pragmática” visando à “harmonização das divergências” consagrada pela Lei nº 6.683/79 (Mezarobba, 2003, p. 143), ao denunciar a prática de tortura pelos agentes da repressão estatal e reivindicar, no caso de

Desaparecidos políticos, o esclarecimento circunstanciado das mortes e dos desaparecimentos forçados por motivação política. Do mesmo modo, o retorno dos exilados compunha a pauta dos grupos alinhados à defesa de uma “Anistia Ampla, Geral e Irrestrita”.

Não desconsideramos, contudo, as especificidades contidas em cada livro-reportagem quanto ao processo de produção e as estratégias enunciativas, vistas anteriormente. Diferenças que também se evidenciam se analisarmos a relação estabelecida entre os CBAs e os/as jornalistas-autores/as e as formas de retaliações por parte do Estado autoritário, mesmo no contexto de descompressão política na década de 1970.

No que diz respeito à parceria estabelecida com os comitês, todos os títulos receberam a chancela da entidade com a inclusão de um selo na capa (*Tortura e Desaparecidos políticos*) ou na contracapa (*Os exilados*), mas as experiências variaram consideravelmente. Ronaldo Lapa mantinha uma relação mais estreita com o CBA/RJ, pois a Casa do Estudante Brasileiro funcionou, por um período, como local de discussões sobre o encaminhamento das atividades vinculadas à campanha pela anistia. Ele afirma que parte dos gastos para a produção de *Desaparecidos políticos* foi paga pela entidade. Cristina Machado, por sua vez, buscou a chancela do Comitê para a sua obra, com a apresentação do livro feita pelo então presidente do CBA/SP, Luiz Eduardo Greenhalgh, mas assumiu os custos relacionados às viagens ao exterior e outras despesas para a conclusão de *Os exilados*. Já Antônio Carlos Fon, como observado, cedeu parte dos direitos autorais da primeira edição de *Tortura* para o CBA/SP.

As tentativas de intimidação por parte do aparato de repressão também não foram uniformes durante o processo de apuração e lançamento dos respectivos livros-reportagem. O exame das fontes documentais confirma que a comunidade de segurança e informações tinha um tipo de prontuário sobre as atividades de cada um dos três jornalistas, mas Antônio Carlos Fon foi quem mais sofreu violências por parte do regime de exceção. Além das prisões e sessões de tortura a que foi submetido no final da década de 1960, ele foi alvo de um processo judicial com base na Lei de Segurança Nacional após a publicação das reportagens em *Veja*, que deram origem posteriormente ao livro *Tortura*.

O caráter jornalístico de denúncia contra o autoritarismo explica, em nosso entendimento, a decisão dos comitês de recomendar e promover ampla divulgação das obras. Os lançamentos eram transformados, de modo geral, em eventos públicos que integravam a

programação dos movimentos pró-anistia na perspectiva de promover o debate e exercer pressão junto ao poder político. Era comum, ainda, a venda dessas publicações patrocinadas em outros eventos promovidos pelos CBAs.

Vale registrar que as casas editoriais Alfa-Ômega, Global e Opção são classificadas por Maués (2013, p. 225) como “editoras de oposição”, que chegaram mesmo a constituir uma frente editorial com perfil nitidamente político e ideológico de contestação à ditadura no final da década de 1970 e início da de 1980⁶. Somavam-se, nessa perspectiva, a outros canais de participação política e social, possibilitando a “aglutinação de pessoas e a divulgação de obras de denúncia e de propostas de transformação da situação existente” (Maués, 2013, p. 28), a despeito das limitações relacionadas ao alcance junto ao público-leitor, à distribuição e ao impacto na conjuntura política comparativamente a outras manifestações sociais e culturais.

Entendemos que a produção editorial, com ênfase no livro-reportagem como “instrumento aperiódico de difusão de informações de caráter jornalístico” (Belo, 2006, p. 41), somou-se a outras estratégias adotadas por segmentos da oposição contra o projeto deliberado de imposição do esquecimento pactuado entre as elites políticas, disputando sentidos sobre os significados da ditadura em longo prazo. Sem a pretensão de esgotar todas as possibilidades de interpretação sobre o repertório comunicativo usado pelos referidos comitês no contexto da liberalização política, esperamos que o estudo possa oferecer novos elementos para a compreensão mais refinada acerca do papel desempenhados pelos livros-reportagem nas disputas pela apropriação da memória sobre o período autoritário.

Referências

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1989.

ARQUIDIOCESE de São Paulo. **Brasil: nunca mais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.

BELO, Eduardo. **Livro-reportagem**. São Paulo: Contexto, 2006.

⁶ Maués (2013) identificou pelo menos 40 editoras de oposição nesse período, a maioria classificada como microempresas ou de pequeno porte, que encerraram suas atividades, no máximo, dez anos após a sua criação, como foi o caso da Opção. Já as empresas Global e Alfa-Ômega, que permanecem em atividade até hoje, compunham o grupo das editoras de médio e grande porte, ao lado de outras que já atuavam há mais tempo no mercado, como a Brasiliense, Civilização Brasileira, Vozes, Paz e Terra e Zahar.

BRASIL. Lei nº 6.620, de 17 de dezembro de 1978. Define os crimes contra a Segurança Nacional, estabelece a sistemática para o seu processo e julgamento e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 dez. 1978. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6620-17-dezembro-1978-365788-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 17 mar. 2024.

BRASIL. Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979. Concede anistia e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 ago. 1979e. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6683-28-agosto-1979-366522-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 13 fev. 2024.

BRASIL. Ministério da Aeronáutica. **Encaminhamento nº 136/79-I/A2-III Comar**. Brasília, DF: Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica, 29 out. 1979d.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Informação nº 278/79/3/DSI/MJ**. Brasília, DF: Ministério da Justiça, 21 set. 1979a. Assunto: Fundação do “Comitê Brasileiro pela Anistia”.

BRASIL. Serviço Nacional de Informações. **Informação nº 0753/116/ASP/79**. São Paulo, SP: SNI/ Agência São Paulo, 22 fev. 1979b. Assunto: Propaganda Adversa – Atividades de Antônio Carlos Fon.

BRASIL. Serviço Nacional de Informações. **Apreciação nº 1408/43/AC/79**. Brasília, DF: SNI/ Agência Central, 25 jul. 1979c. Assunto: Análise de Propaganda Adversa (Livro “Tortura – a história da repressão política no Brasil”).

CABRAL, Reinaldo; LAPA, Ronaldo (org.). **Desaparecidos políticos**: prisões, sequestros, assassinatos. Rio de Janeiro: Edições Opção; CBA-RJ, 1979.

CASTILHO, Marcio de Souza. **Sob o império do arbítrio**: Prêmio Esso, imprensa e ditadura. São Paulo: Alameda, 2019.

FON, Antônio Carlos. **Tortura**: a história da repressão política no Brasil. São Paulo: Global, 1979.

FON, Antônio Carlos. Descendo aos porões. **Veja**, São Paulo, n. 546, p. 60-64, 21 fev. 1979a.

FON, Antônio Carlos. Um poder nas sombras. **Veja**, São Paulo, n. 546, p. 65-68, 21 fev. 1979b.

GRECO, Heloísa Amélia. **Dimensões fundacionais da luta pela anistia**. 2003. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais (FAFICH/UFMG), Belo Horizonte, 2003.

GREENHALGH, Luiz Eduardo. Apresentação. In: MACHADO, Cristina Pinheiro. **Os exilados**: 5 mil brasileiros à espera da anistia. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979. p. XIII-XIV.

LIMA, Edvaldo Pereira. **O que é livro-reportagem**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

MACHADO, Cristina Pinheiro. **Os exilados: 5 mil brasileiros à espera da anistia**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.

MAUÉS, Flamarion. Do erótico ao político: a trajetória da Global Editora na década da de 1970. *In: REIMÃO, Sandra (org.). Livros e subversão: seis estudos*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2016. p. 35-65.

MAUÉS, Flamarion. **Livros contra a censura: editoras de oposição no Brasil, 1974-1978**. São Paulo: Publisher Brasil, 2013.

MEZAROBBA, Glenda. **Um acerto de contas com o futuro: a anistia e suas consequências – um estudo do caso brasileiro**. 2003. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

NAPOLITANO, Marcos. **História do regime militar brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura, anistia e reconciliação. **Revista de Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 45, p. 171-186, jan./jun. 2010. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2914>. Acesso em: 19 nov. 2023.

RODEGHERO, Carla Simone. A Anistia de 1979 e seus significados, ontem e hoje. *In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá; REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo (org.). A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 172-185.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

TELES, Janaína de Almeida. Luto e memória da ditadura: O memorial dos desaparecidos de Vila Formosa, em São Paulo. **Revista M**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 65-93, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://seer.unirio.br/revistam/article/view/8150>. Acesso em: 17 jan. 2024.

Submetido em: 08.05.2024

Aprovado em: 24.06.2024